



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE GEOGRAFIA**

**MARIA WANDELEIDE GALDINO DA SILVA**

**CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL E A EDUCAÇÃO  
DO CAMPO: UMA ANÁLISE DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO  
FUNDAMENTAL E MÉDIO RUBENS DUTRA SEGUNDO NO  
DISTRITO CATOLÉ DE BOA VISTA – CAMPINA GRANDE**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2017**

MARIA WANDELEIDE GALDINO DA SILVA

CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL E A EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
UMA ANÁLISE DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO  
RUBENS DUTRA SEGUNDO NO DISTRITO CATOLÉ DE BOA VISTA – CAMPINA  
GRANDE.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como  
parte dos requisitos necessários para a obtenção do  
título de licenciado em Geografia. Sob a orientação  
do Professor Dr. Edvaldo Carlos de Lima.

CAMPINA GRANDE  
2017

S586c Silva, Maria Wandeleide Galdino da.  
Contradições da educação tradicional e a educação do campo [manuscrito]: uma análise da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rubens Dutra segundo no distrito Catolé de Boa Vista – Campina Grande / Maria Wandeleide Galdino da Silva. - 2017.

31 p.: il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2018.

"Orientação: Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima, Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Políticas públicas. 2. Educação rural. 3. Escola. I. Título

21. ed. CDD 379

MARIA WANDELEIDE GALDINO DA SILVA

AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO NO CAMPO: UMA ANÁLISE DA  
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO RUBENS  
DUTRA SEGUNDO

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como  
parte dos requisitos necessários para a obtenção do  
título de licenciado em Geografia. Sob a orientação  
do Professor Dr. Edvaldo Carlos de Lima.

Aprovada em: 22/11/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

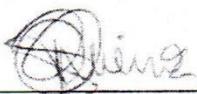


Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima  
UEPB

---

Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima  
Universidade Estadual da Paraíba  
Orientador

*Valéria Raquel Porto de Lima*  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria Raquel Porto de Lima  
Universidade Estadual da Paraíba



---

Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz  
Universidade Estadual da Paraíba

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Paulo Freire

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1: Mostra a parte da Frente da escola – 2017

FIGURA 2: Ônibus escolar - 2017

FIGURA 3: Pátio da escola – 2017

FIGURA 4: Frente das salas de aulas - 2017

FIGURA 5: Laboratório de informática –2017

GRÁFICO 1: pontos positivos citados por alunos - 2017

GRÁFICO 2: pontos negativos citados por alunos – 2017

GRÁFICO 3: Perspectivas dos alunos após concluir o ensino médio – 2017

GRÁFICO 4: Perspectivas de sair ou permanecer no campo - 2017

## **LISTA DE SIGLAS**

- . MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- . ENERA: Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
- . Unicef: Fundo das Nações Unidas para a Infância.
- . Unesco: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
- . CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- . UnB: Universidade de Brasília
- . ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
- . UEPB: Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
2 - A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	13
2.1 Breve histórico da luta por Educação do Campo.....	15
2.2 Do Direito a Legalidade.....	17
3 - CARACTERIZANDO O OBJETO DE ESTUDO.....	18
4 - ANÁLISE DOS DADOS.....	20
5 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA.....	25
5.1 Metodologias e problemáticas.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS .....	30

## **RESUMO**

Com o crescente avanço do agronegócio no campo as comunidades rurais têm sido cada vez mais esquecidas. A ausência de políticas públicas para essas áreas faz com que contingentes de camponeses migrem para a cidade em busca de uma melhor qualidade de vida e sem oportunidades acabam ocupando os espaços marginalizados da área urbana. Dentro desta perspectiva surgiu a Educação do Campo, um movimento que busca uma educação específica para os povos do campo, contribuindo para um novo projeto de desenvolvimento no campo, que possibilite a transformação da realidade e valorização dos camponeses como meio de emancipação humana, uma escola construída em conjunto com a comunidade, que respeita os valores e a cultura dos povos do campo. Este trabalho tem o objetivo de identificar o papel exercido pela escola na vida de jovens residentes na zona rural. Este estudo foi realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rubens Dutra Segundo, localizada no Distrito de Catolé de Boa Vista, Município de Campina Grande – PB. A pesquisa mostrou que tanto problemas estruturais ligados a não efetivação de políticas públicas, quanto a métodos utilizados reproduzindo modelos urbanos e distantes da vida dos alunos fazem parte da realidade escolar.

**Palavras-chaves:** Escola. Campo. Educação do Campo.

## **SUMMARY**

With the increasing advance of agribusiness in the countryside the rural communities have been more and more forgotten. The absence of public policies for these areas causes contingents of peasants to migrate to the city in search of a better quality of life and without opportunities they end up occupying the marginalized spaces of the urban area. Within this perspective, Countryside Education emerged, a movement that seeks an education specifically for the people of the countryside, contributing to a new development project in the countryside, which makes possible the transformation of the reality and appreciation of the peasants as a means of human emancipation, a school built in conjunction with the community, which respects the values and culture of the rural peoples. This research has the objective of identifying the role played by the school in the lives of young residents in the rural zone. This study was conducted at the Rubens Dutra Segundo State School of Primary and Secondary Education, located in the Catolé de Boa Vista District, Municipality of Campina Grande - PB. The research showed that structural problems linked to the non-implementation of public policies, as well as to the methods utilized in reproducing models that are urban and distant from the students' lives, are part of the scholastic reality.

**Keywords:** School. Rural. Countryside Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Existe no Brasil uma tendência dominante de considerar a população que vive no campo, como uma parcela atrasada e fora da lógica da modernidade. O modelo de desenvolvimento do país, não tem espaço para camponeses e indígenas, predominando o determinismo de que o urbano é superior ao rural. Na educação isso não é diferente. Com avanço do capitalismo no campo, as comunidades rurais têm sido cada vez mais esquecidas e marginalizadas, a ausência de políticas públicas para essas áreas torna as condições de vida desumanas e o modelo de produção atual, expulsa contingentes de camponeses para as cidades e para locais diferentes de sua origem. “No campo esse processo tem gerado uma maior concentração da propriedade e da renda. Nas cidades, esse processo tem implicado maior concentração urbana, desemprego e intensificação da violência”. (KOLLING, NÉRY E MOLINA, 1999, pág. 31).

Os trabalhadores começaram a perceber que precisam resistir para continuar na terra e enfrentar a política agrícola atual, uma vez que o governo prioriza a agricultura patronal, baseada em monocultura e exportação. Os pequenos agricultores buscam uma política agrícola que atenda as suas necessidades, com uma agricultura constituída pelo trabalho familiar. “A agricultura familiar é reconhecida pela sua produtividade (especialmente de alimentos), por suas iniciativas de reorganização do trabalho e da produção, por meio da cooperação”. (KOLLING, NÉRY E MOLINA, 1999, pág. 36). Vinculada a essa questão, a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento pleno das condições de vida no campo.

Com base nisso, a proposta de educação do campo tem se configurado como um modelo de educação voltado à cultura do campo e ela é vivenciada através de músicas, danças, teatros, rituais que envolvem uma identidade própria. Além de considerar as condições de trabalho e produção para garantir a permanência e qualidade de vida dos trabalhadores. Mas, durante anos a educação do meio rural tem sido tratada pelos poderes públicos com descaso, resumida a escolinha desprovida de estrutura e com professores sem formação apropriada. Problemas como analfabetismo cada vez mais crescente no campo, desvalorização do magistério, professores desvinculados da vida no campo, currículos deslocados dos interesses e das questões do campo, crianças e jovens sendo retirados do seu contexto para estudar na cidade, e uma educação distante do cotidiano dessas pessoas são práticas comuns.

O conceito de campo utilizado neste trabalho tem como base a concepção utilizada pelo Professor Bernardo Mançano Fernandes, que foge a lógica trazida pelo agronegócio de campo como espaço de produção de mercadorias, para a existência de um campo construído a partir de relações sociais. De acordo com Fernandes (2005, p.02) "pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana". Abandonamos aqui a paisagem homogênea da produção capitalista, para dar espaço as relações que fazem do campo um espaço vivo, de pessoas, educação, cultura, trabalho, produção e organização política. "Neste sentido, os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento." (FERNANDES, 2005, p.02).

O campo como território é compreendido além da produção econômica em sua totalidade, a produção se complementa com a cultura, educação, trabalho, organização e as relações sociais existentes constituindo o território. Nessa perspectiva a organização do território para o agronegócio e para o camponês se apresenta de maneiras distintas. O agronegócio organiza seu território a partir da produção e da economia que pode ser retirada da propriedade rural, enquanto o território camponês se organiza através das relações que se desenvolvem na comunidade, para dar sentido à produção, ao trabalho, a economia. Fernandes (2005) caracteriza a paisagem do território do agronegócio como homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea, no território do agronegócio predomina a paisagem da mercadoria, enquanto no território camponês podemos identificar em sua maioria pessoas produzindo alimentos, cultura, resistência. Assim, Fernandes (2005, p.02) define: "Os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento".

Com base nessas informações, este trabalho tem o objetivo de identificar o papel exercido pela escola na vida de jovens que vivem no campo. O modelo de educação utilizado na escola está ligada à vida desses alunos? Quais as perspectivas para o futuro esta educação vem proporcionando as pessoas? O modelo de educação atual permite a compreensão da realidade local, proporcionando a intervenção desses jovens para melhoria de sua realidade? Existe um modelo ideal que possa atender as necessidades dos povos do campo? Para responder a estes questionamentos, utilizaremos de referencial teórico a cerca do tema e de dados coletados através de questionários e entrevistas com os próprios jovens, a partir da ideia que eles possuem de si e da educação de forma geral.

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rubens Dutra Segundo, localizada no Distrito Catolé de Boa Vista, Município de Campina Grande – PB. A instituição recebe alunos de várias comunidades rurais e funciona nos turnos manhã, tarde e noite, com o ensino fundamental, médio e a modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos. O quadro de professores é composto em sua maioria por docentes vindos de Campina Grande, com transporte disponibilizado pelo governo do estado, tanto para professores como para os alunos.

No decorrer da pesquisa, fizemos uso do método qualitativo, que consiste como requisito metodológico central a aproximação entre o pesquisador e o objeto de estudo. De acordo com Martins (2004, p.5) a metodologia científica: [...] “privilegia os estudos de caso — entendendo-se como caso, o indivíduo, a comunidade, o grupo, a instituição.” O grupo escolhido foi os alunos do ensino médio, turno tarde, da comunidade escolar acima citada. Através da observação, acompanhamos a vivência dos alunos durante o dia a dia escolar. Também, foi aplicado questionários e realizado entrevistas com docentes e discentes com a finalidade de compreender a função da escola na vida dos alunos, facilitando a compreensão do papel escolar nas respectivas comunidades que residem os estudantes.

## **2 A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Contribuir para um novo projeto de desenvolvimento no campo, que possibilite a transformação da realidade e valorização dos camponeses como meio de emancipação humana tem sido uma das bandeiras de luta do movimento Por uma Educação do Campo. Este movimento surgiu das demandas dos movimentos camponeses para a construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária. Formar sujeitos de direitos, no âmbito educacional e cultural, que considere os interesses e particularidades do espaço agrário requer uma educação diferenciada e específica para o campo. Esse modelo requer uma educação que esteja ligada ao entendimento dos complexos processos de produção econômica, nas relações de trabalho no campo, e também ao entendimento político e valorização da cultura, fazendo com que as crianças, jovens e adultos sejam capazes de compreender e intervir na sua realidade. “A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino.” (CALDART, 2002, p. 27).

A busca por uma educação específica para o campo, representa a luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais contra o processo de exclusão que são submetidos há séculos.

Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo. (CALDART, 2002, p.29).

Sendo assim, a educação do campo deve estar diretamente relacionada ao projeto de desenvolvimento do meio agrário e deve considerar as manifestações da cultura, da política, da produção e do trabalho próprio do campo.

Um dos fatores fundamentais que vem sendo apresentado é a busca por uma educação do campo onde as políticas públicas garantam o direito ao ensino e a uma educação que seja construída com a participação de todos que vivem no campo, vinculando a sua cultura e as suas necessidades sociais. A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham e vivem na área rural para que se articulem e busquem melhores condições como sujeitos conscientes dos seus direitos. A educação deve ser pensada numa perspectiva que garanta a valorização do indivíduo, sendo necessário que o educador a frente dessas turmas esteja engajado no debate político a cerca dos conflitos que envolvem o contexto da comunidade, na busca de formar cidadãos capazes de compreender a dinâmica relacionada à vida no campo e permanência nele.

Com o desenvolvimento do capitalismo e a expansão do agronegócio o campo brasileiro teve seu modelo de agricultura modificado. O avanço do latifúndio fez com que as famílias fossem obrigadas a migrar para as cidades e as que resistiram sobrevivem sem direitos básicos necessários para manutenção da vida.

O campo brasileiro passou por uma profunda modernização, em alguns setores da agricultura, onde o capitalismo fincou sua mais espetacular expansão nas últimas décadas. Esse processo gerou uma extraordinária migração rural, por meio da expulsão de 30 milhões de pessoas, entre 1960 – 1980, sendo que 16 milhões migraram somente na década de 70. Esse processo de transformação da sociedade moderna durou pelo menos 300 anos na Inglaterra e 200 anos nos EUA. O impacto social foi à extrema concentração urbana, o desemprego e a violência. (FERNANDES, 1999, p. 44).

Com o desenvolvimento elitista e intensa migração para a cidade criou-se o estereótipo de campo como espaço de atraso e marginalização. Prevalecendo o determinismo geográfico de que o urbano é superior ao rural subordinando o campo as relações existentes na cidade. A política nacional brasileira ignora a necessidade de um projeto de educação próprio para o campo, submetendo suas escolas ao modelo educacional urbano.

Os objetivos da educação do campo se diferenciam dos processos de educação existentes atualmente. O modelo universalista de educação presentes nas escolas contribui para incentivar a competitividade na busca pelo mercado de trabalho, em sua maioria nos setores privados do capital, fortalecendo a ideia de que é necessário sair do campo para se ter uma boa educação ou um mercado de trabalho amplo e cheio de oportunidades. Enquanto a educação do campo valoriza o trabalho como princípio educativo, de valores e relações com a terra e a comunidade. Uma escola do campo pensada com a participação dos sujeitos e vinculada as suas necessidades, comprometida com o entendimento da realidade e capacidade para transformá-la.

É fácil compreender que apenas com educação não é possível mudar o modelo de sociedade atual, mas para avançar na luta por melhorias no campo se torna indispensável que os sujeitos envolvidos se dediquem a formação e a conhecer a realidade do país, que faz da questão agrária um dos principais responsáveis pelas desigualdades.

Se queremos novas relações de produção no campo, se queremos um país mais justo e com mais dignidade para todos, então também precisamos nos preocupar em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos destas transformações. (CALDART, 2000, p.48).

Numa escola do campo é preciso garantir que a realidade do educando esteja incluída como conteúdo de estudo, o desafiando a pensar em prá

ticas que ajudem a fortalecer os valores aprendidos na luta de sensibilidade e solidariedade, despertando a criatividade diante de situações difíceis e mantendo a postura humana de indignação diante das injustiças.

## **2.1 Breve histórico da luta por Educação do Campo**

A luta por uma educação para o campo é quase tão antiga quanto à luta pela terra e pela reforma agrária. “A Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos

camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária”. (FERNANDES, 2005, p.1). O MST em sua trajetória histórica é considerado como um dos primeiros movimentos sociais de massa a dar destaque a educação e lutar pelo acesso a escolas. Na medida em que se lutava para conquistar a terra, as famílias sem-terra se mobilizavam pelo direito a escolas. “As primeiras a se mobilizar, lá no início da década de 80, foram as mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do movimento.” (CALDART, 2000, p.44). Logo, a luta por uma educação própria para os povos do campo foi inserida ao movimento, buscando direitos como o acesso a escolas no campo, com uma educação que considerasse a cultura e a identidade do povo sem-terra e a formação de educadores que estivessem ligados à vida no campo também passou a ser discutida dentro do movimento.

Com a educação fazendo parte da agenda de luta de homens e mulheres do campo, o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), promove em julho de 1997, o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), a partir deste momento, a luta por uma educação específica para o campo vai ganhando proporção e visibilidade nacional. O I ENERA aconteceu em Brasília, e contou com diversas parcerias, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Universidade de Brasília (UnB). (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999).

Com o êxito do I ENERA as entidades promotoras se sentiram motivadas a dar continuidade ao processo iniciado e pensar na realização de um trabalho mais amplo sobre a educação a partir do meio rural, contextualizado com a cultura e a maneira de se relacionar com o tempo e o espaço e a forma de organização das famílias e do trabalho. Em agosto de 1997, os representantes das entidades promotoras decidiram que seria realizada uma conferência nacional intitulada como Conferência por uma Educação Básica do Campo, logo constituíram uma coordenação para ser responsável pela organização do evento.

Desde o começo, chegou-se a um consenso sobre o específico da “educação básica do campo”, ou seja, que leve em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo e do campo. Outro consenso [...] referiu-se à vinculação da educação básica do campo com um projeto popular de desenvolvimento do campo. (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999, pág. 15).

A conferência foi realizada em Luziânia-GO, aconteceu entre o dia 27 a 30 de julho de 1998. (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999). Participaram dela representantes de todo o país, para debater os problemas e projetos para a educação do campo. Antecedendo a conferência foram realizados 23 encontros estaduais, onde houve análise de conjuntura e reflexão sobre a educação básica a partir da análise local. Cada estado ficou responsável de enviar um relatório do encontro para a Secretaria Executiva, com a finalidade de contribuir na elaboração dos temas da conferência. Apenas quatro estados não realizaram o encontro (Amazonas, Roraima, Amapá e Acre). (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999).

Continuadamente, a mobilização por uma educação específica para o campo foi sendo ampliada, outras entidades, como universidades, professores, alunos, pesquisadores, foram assumindo papéis importantes nesta trajetória, com o compromisso de construir um projeto de desenvolvimento para o espaço agrário e uma educação que considere a vida e a cultura do homem do campo.

## **2.2 Do Direito a Legalidade**

A educação é um direito universal, garantido constitucionalmente a todos os brasileiros. Trata-se de uma conquista histórica que simboliza a trajetória de várias pessoas até nós. “A filósofa Marilena Chauí enfatiza que *“um direito, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais”*. (MOLINA, 2008 apud, CHAUI, 2002, p. 334, grifos do autor). Fazendo uma ponte com a concepção introduzida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no qual “o direito sendo universal, deve referir-se a todos os seres humanos, independentemente da sua condição ou classe social.”

“Neste sentido, a igualdade declarada na Constituição não se restringe à mera disposição formal. Garante e, mais, exige ações concretas do Estado no sentido de materializar o exercício concreto dos direitos a todos os cidadãos.” (MOLINA, 2008, p.23).

Sendo assim, a educação deve ser acessível a todos, independente da sua classe, das condições socioeconômicas, da sexualidade, de sermos brancos ou negros, de morarmos no campo ou na cidade. O princípio da igualdade previsto no capítulo 5º da constituição federal corresponde a igualdade de todos perante a lei e cabe ao estado, à tarefa de materializar esse direito através de ações concretas, ou seja, através de políticas públicas. Mas, como tantos

outros, este direito vem sendo negado e tratado na esfera pública como favores ou mercadoria, privilegiando uma minoria, em função das desigualdades no acesso a educação.

Mesmo presente na constituição o direito a educação, na prática não é garantido o acesso concreto a ela. Isso se torna ainda mais claro quando se refere ao campo. “O artigo 206 da Constituição Federal ao referir-se ao direito de garantia da igualdade das condições de acesso e permanência à educação não o faz para níveis específicos, e sim para toda a educação.” (MOLINA, 2008, P.26). Esta complexidade que envolve diretamente a situação em que se encontram os sujeitos do campo, que não tem acesso a esse direito e quando o tem não considera a matriz cultural e base sociohistórica desse grupo. Conforme Duarte (2008, p.37) “As políticas públicas educacionais devem ser universalizantes, mas devem também ser específicas, para que determinados grupos vulneráveis da sociedade possam ter acesso aos direitos previstos nos documentos oficiais”. Sendo assim, a universalização do direito tratada aqui, deve garantir a igualdade do acesso, sem desprezar a diversidade encontrada no campo.

Tratando especificamente da educação do campo, ela tem respaldo legal garantido no artigo 28 da lei n.9.394/96 (LDB) que garante um tratamento específico para essas áreas, ou seja, adequação da escola à vida do campo. E também nas Diretrizes Operacionais para Educação básica nas escolas do campo (Resolução CNE/CEB n.1/2002) que determina a educação infantil e fundamental em áreas rurais.

### **3 CARACTERIZANDO O OBJETO DE ESTUDO**

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rubens Dutra Segundo. Localizada à Rua Arquimedes Souto Maior, S/N, Distrito de Catolé de Boa Vista – Município de Campina Grande. Mantida pelo Governo do Estado da Paraíba, pertencente a 3ª Gerência Regional de Educação e administrada pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. A escola está assentada em território rural, situada a 26 km da área urbana de Campina Grande. Na página seguinte, podemos observar na fotografia 1, um panorama geral da vista frontal da escola.



Foto1: Frente da escola Fonte: arquivo pessoal de M<sup>a</sup> wandeide

A instituição funciona em horário integral, oferecendo o ensino fundamental e médio regular, além do EJA – Educação de Jovens e adultos, para aqueles com idade a partir dos 15 anos. Sua estrutura é composta por 06 salas de aula, 01 biblioteca, 01 sala de professores, 01 laboratório de informática, 01 secretaria, 01 cozinha, 01 pátio aberto, 03 banheiros, 01 depósito. De acordo com Projeto Político Pedagógico da escola a dimensão administrativa é composta por Direção, Corpo Docente, Coordenador Pedagógico, Serviços Gerais, Bibliotecário, Corpo Discente, Vigilante, Porteiro, Merendeira, Auxiliar de secretaria, Secretária e Técnico Administrativo. (PPP. Pág.14).

A instituição recebe majoritariamente alunos da zona rural, moradores de localidades circunvizinhas: Boi Velho, Quixaba (Assentamentos Vitória e o de São Tomé), Serra do Monte, Sítio São Pedro, Currais Velhos, Queimada da Ema, Sítio Açude de Dentro, Logradouro, Açúcar Branco, Cacimba Nova, e alunos que são residentes de Catolé de Boa Vista. Tanto alunos quanto professores utilizam transporte disponibilizado pela secretaria de educação para trajeto até a escola.

A sua proposta é voltada para uma Escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento dos educandos, visando também prepará-los para o exercício da cidadania através da prática e cumprimento de direitos e deveres. (Projeto Político Pedagógico, pág.02),

Existe um empenho coletivo dos funcionários para garantir o melhor desenvolvimento da escola e a solução das problemáticas que afetam a funcionalidade da instituição.

#### **4 ANALISE DOS DADOS**

Durante a realização da pesquisa utilizamos de observação da vivência no espaço escolar, através de contato com alunos e professores. Também utilizamos questionários como instrumento de coleta de dados. Direcionei minha atenção aos alunos das turmas do 1º ao 3º ano do ensino médio, no turno da tarde. Foi aplicado um total de 48 questionários distribuídos nas três turmas, atingindo um número de 75% do total de alunos.

No questionário continha perguntas sobre a percepção dos alunos a cerca da escola e suas pretensões para quando concluírem a etapa do ensino médio. Na realização da observação, acompanhamos durante determinado período, os alunos em diversos momentos de interação entre eles mesmos e com os demais funcionários da escola. Durante o percurso no transporte escolar, nas atividades em sala, nos intervalos entre as aulas. Esta etapa nos permitiu obter um panorama de informações vindas dos próprios alunos a cerca da realidade escolar.

Dos entrevistados, 41% são do sexo masculino e 59% do sexo feminino, com uma faixa etária variando entre 15 e 22 anos. Destes, 62% são filhos de agricultores, os 38% que restaram dividem-se entre as profissões de operador de máquinas, pedreiro, doméstica, motorista. Residentes das comunidades rurais circunvizinhas como Boi Velho, Quixaba, Sítio São Pedro, Currais Velhos, Queimada da Ema, Sítio Açude de Dentro, Logradouro, Açúcar Branco, Cacimba Nova, Estreito e Catolé de Boa Vista.

Todos, alunos e professores, utilizam transporte escolar que é disponibilizado pela secretaria de educação para se deslocarem até a escola. Dos alunos entrevistados 60% relataram ter que caminhar longos percursos para chegar ao local de embarque, devido o ônibus passar distante da residência.

O trajeto é longo e para muitos alunos não há lugar onde sentar devido à lotação exceder o limite de passageiros. Os horários também tornam a ida até a escola exaustiva, tendo em vista que, a maioria dos alunos, saem muito cedo de casa. E no período da tarde estão expostos às altas temperaturas, fazendo com que a ida a escola se torne esgotante. A

figura 2, mostra um dos ônibus utilizado pelos estudantes, este também é responsável pelo deslocamento dos professores que em sua maioria são oriundos da cidade.



Foto 2: Ônibus escolar Fonte: arquivo pessoal de M<sup>o</sup> wandleide

Na análise da escola, pedimos que os alunos respondessem abertamente qual seria sua opinião sobre assuntos que envolvem a rotina escolar, considerando os pontos positivos e negativos, citados por cada um entrevistado. Houve um discurso muito diversificado sobre assuntos que materializam as dificuldades desses alunos no dia a dia escolar. Apresentamos através de gráficos as intervenções dos alunos.



Gráfico 1: pontos positivos citados por alunos

No gráfico 1, evidenciamos as opiniões positivas citadas pelos alunos em geral. Como mostra o gráfico, 71% dos alunos apontam positivamente a relação com os professores, como pude verificar durante as observações que docentes e discentes mantêm um bom convívio. 25% diz gostar da qualidade do ensino, podendo dentro desta análise ser considerada um fator contraditório que será abordado mais a frente. Completando este quadro, 4% afirmam como proveitoso os relacionamentos afetivos, as amizades, ou seja, os vínculos que já foram construídos naquela instituição através da relação entre alunos e funcionários que compõem a estrutura escolar.

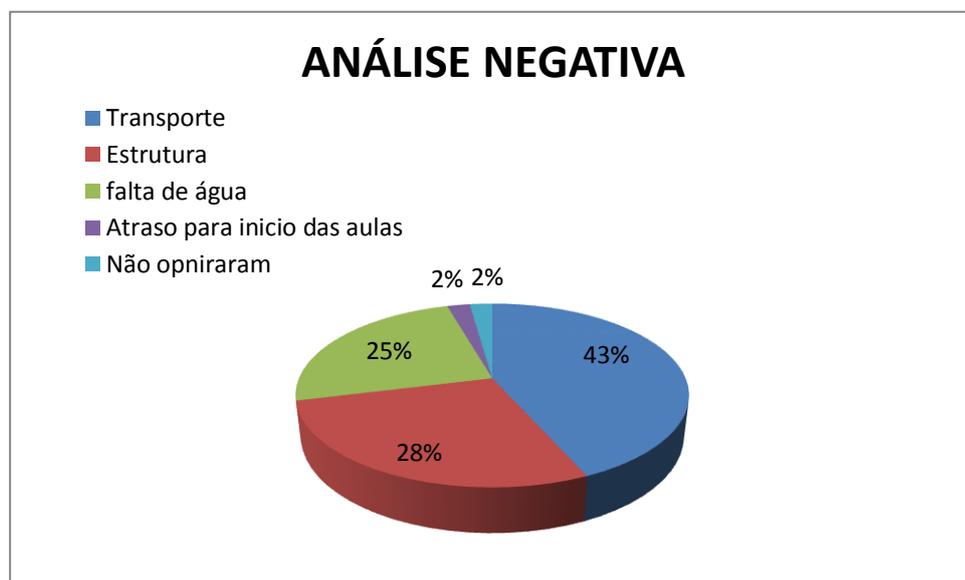


Gráfico 2: pontos negativos citados por alunos

Analisando os pontos mostrados pelos alunos, destacamos a problemática relacionada à estrutura escolar. A escola não possui uma quadra para realização de esportes, não existe uma cantina apropriada com espaço para os alunos fazerem as refeições, não possui laboratórios para aulas de biologia, química, física e geografia. A escola também enfrenta dificuldade relacionada ao abastecimento de água que é feito através de carro pipa e, de acordo com relatos de alunos as aulas já foram suspensas devido à falta de água na escola.

A imagem abaixo nos apresenta a área de vivência da escola. É nesse espaço onde os alunos realizam atividades, socializam e também, onde fazem suas refeições durante os intervalos, sem o mínimo de estrutura que pudesse proporcionar o devido conforto a estes adolescentes.



Foto 3: Pátio da escola Fonte: Arquivo particular de Maria wandeide

As salas de aula possuem estrutura escassa, sem ferramentas para auxílio pedagógico. São compostas apenas com cadeiras, uma mesa para professor, quadro e ventilador. Como podemos ver na imagem a seguir, o pátio dar acesso à entrada de algumas salas.



Foto 4: Frente das salas de aulas Fonte: Arquivo particular de Maria wandeide

Outra problemática de relevância levantada pelos alunos é a questão do transporte escolar. Devido a escola ficar geograficamente distante das localidades onde residem os alunos e também os professores morarem na cidade ambos dependem do transporte para ir até a escola. De acordo com relatos é frequente às vezes em que os ônibus quebram e não são

substituídos, ficando alunos ou professores sem ter como chegar à escola. Fomos informados de que os alunos já chegaram a ficar mais de 60 dias sem aula por conta da falta de transporte, evidenciando o descaso com a educação nessas áreas.

Foi identificado também que devido a este problema, as aulas na instituição sempre iniciam com atraso, em relação às demais escolas, pois a secretaria de educação sempre demora a liberar os transportes para essas áreas, e os alunos sem ter outra alternativa, acabam ficando sujeitos a essa situação e já iniciam em desvantagem com as demais escolas. Este mesmo problema foi destacado pela direção e por professores, que afirmam como maior consequência a dificuldade de executar um planejamento escolar, prejudicando o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

A próxima fase do questionário consistiu nas perspectivas dos alunos para a fase pós-ensino médio. Sobre qual são suas perspectivas para quando concluírem o ensino secundário. No gráfico, mostramos de forma dinâmica as respostas referentes a questões econômicas, ou seja, de trabalho e também sociais, relacionada a dar continuidade aos estudos ingressando no ensino superior. Também como um dado relevante, apresentamos os indicadores relacionados a vivencia no campo, se pretendem ou não permanecer no campo.

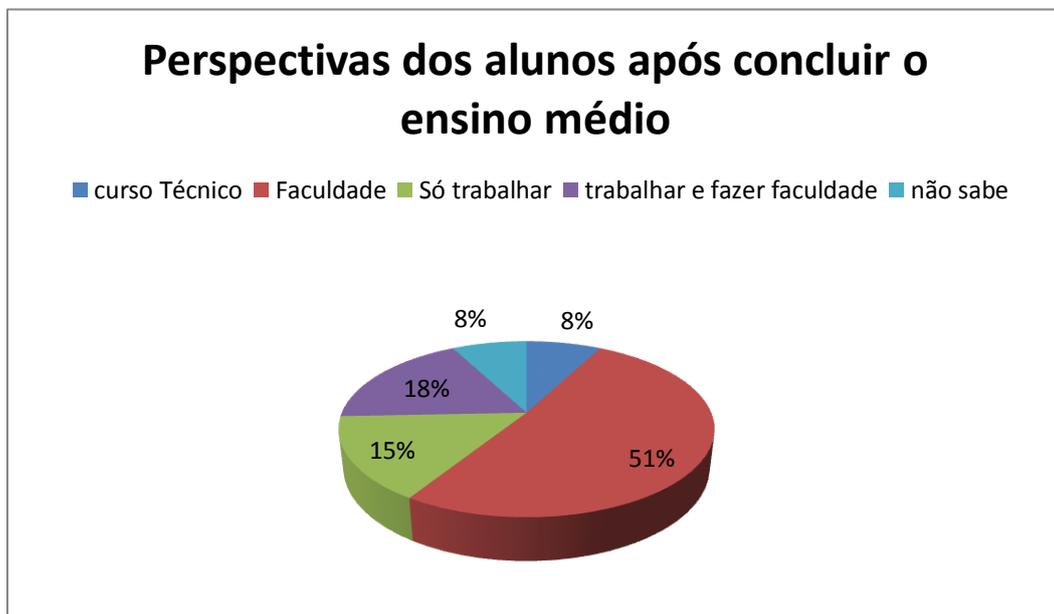


Gráfico 3: Perspectivas dos alunos após concluir o ensino médio

Observamos que, dos entrevistados a maioria pretende fazer um curso superior, ingressar numa universidade e ter uma profissão, seguido por aqueles que pretende trabalhar e ingressar na universidade, os outros se dividem entre trabalho, fazer um curso técnico e os que não sabem ou não decidiram. No próximo gráfico expomos os resultados referentes às

perspectivas dos jovens em relação a sair ou permanecer no campo, dos entrevistados 75% respondeu que pretendem sair do campo e morar na cidade.

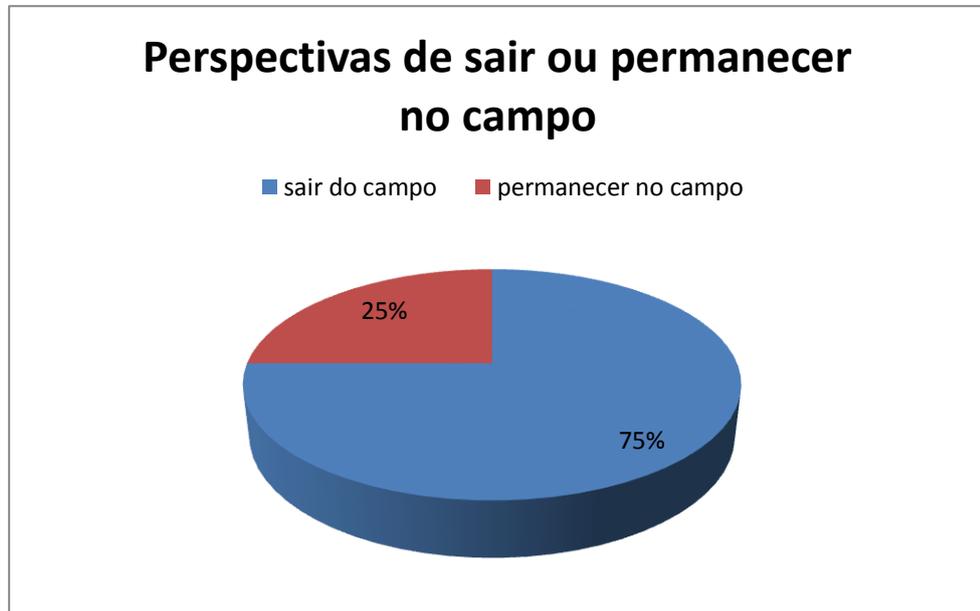


Gráfico 4: Perspectivas de sair ou permanecer no campo

## 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa de campo nos mostrou algumas questões levantadas a cerca de uma escola localizada na zona rural, que recebe jovens de várias comunidades, incluindo assentamentos de reforma agrária, que enfrenta diversas dificuldades para poder dar continuidade à formação desses jovens. Um dos maiores problemas está relacionado à administração por parte do governo do estado e da secretaria de educação, que reflete em uma má infraestrutura e organicidade.

Como consequência desse descaso institucional, a escola precisa lidar com diversas problemáticas para se manter funcionando. O estudo revelou impedimentos relacionados à má distribuição de água, que é enviada pelo exercito por programas de abastecimento. Porém, a distribuição é irregular deixando a instituição submetida ao serviço, uma vez que sem água a escola não tem como estar em atividade. Já tendo inclusive, que fechar por alguns dias, de acordo com relatos de alunos, devido à falta de água.

Outro problema, sendo este o mais citado por profissionais e alunos, é o transporte escolar. O transporte é fornecido pela secretaria estadual de educação e deve fazer o trajeto

dos alunos de casa até a escola. Contudo, a falta de manutenção e a demora por parte da secretaria de educação para liberação dos ônibus, faz com que os alunos rotineiramente fiquem sem o serviço.

Ainda sobre estrutura, a escola não tem uma quadra para realização de esportes e demais atividades, não há um refeitório, os alunos lancham na sala de aula ou no próprio pátio e não há laboratórios além do de informática. Que, de acordo com professores, não é possível utilizar, pois são poucos computadores e a internet não funciona. A escola não tem um espaço para aulas práticas e não possui projetos, principalmente relacionados a vida no campo e a agricultura, mesmo sendo uma escola que recebe em sua maioria alunos da zona rural.

As poucas realizações sobre este assunto se dá de forma pontual e devido à própria iniciativa dos professores. A seguir, é possível visualizar a imagem do laboratório de informática e perceber o desuso do espaço. Computadores antigos, muitos danificados e sem ferramentas que pudessem auxiliar os professores ou alunos durante as aulas.

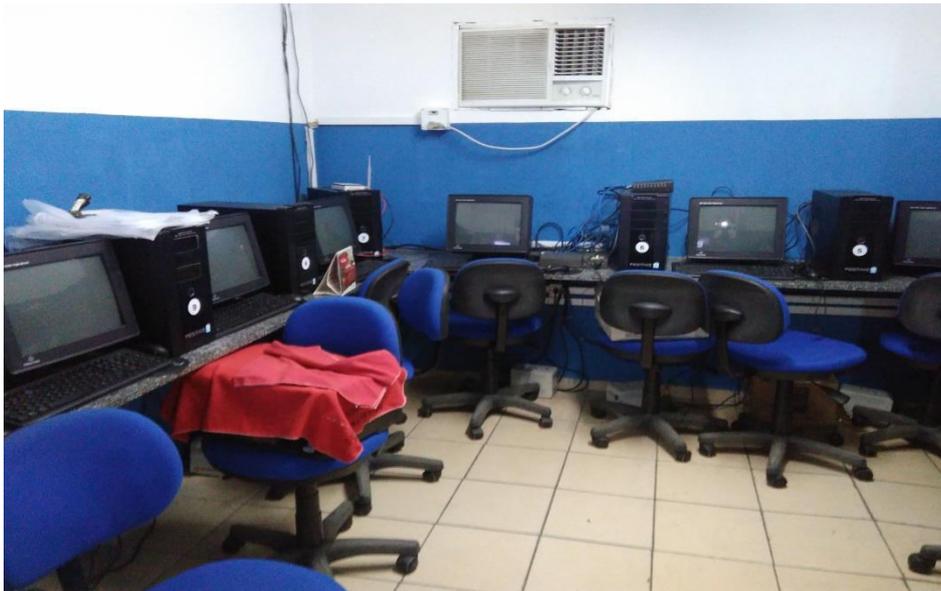


Foto5: Laboratório de informática Fonte: Arquivo pessoal de M<sup>a</sup> wandeide

## 5.1 Metodologias e problemáticas

Do pressuposto metodológico a problemática do transporte tem impacto direto no planejamento escolar, que conforme relato de professores a ausência do ônibus faz com que alunos e professores não possam chegar a escola, atrasando o calendário escolar e impedindo a realização das atividades conforme foram planejadas.

Da seleção dos conteúdos e elaboração das aulas, o principal instrumento utilizado é o livro didático.

A LDB de 1996 reconhece, em seus arts. 3º, 23, 27 e 61, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país. A idéia de mera adaptação é substituída pela de adequação, o que significa levar em conta, nas finalidades, nos conteúdos e na metodologia, os processos próprios de aprendizado do estudante e o que é específico do campo. Permite, ainda, a organização escolar própria, a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.(HENRIQUES, MARANGON, DELAMORA, CHAMUSCA, 2007, pág.16).

E mesmo assim, não há um currículo próprio que possa incluir a vida no campo e a realidade vivenciada pelos alunos e comunidade. Conforme o modelo exigido pelo sistema escolar e os anseios dos alunos para ingressar na universidade, as aulas se remetem a assuntos que podem estar presentes no exame nacional do ensino médio – ENEM, tendo ainda que dar todo conteúdo com tempo reduzido devido ao atraso gerado pela falta do transporte. Não foi identificado nenhum projeto da escola relacionado com a questão da luta pela terra, da agricultura, da vivencia no campo, conforme mostrado anteriormente, a totalidade dos alunos é de origem camponesa, de comunidades e assentamentos da reforma agrária, filhos de agricultores que vivem e tiram seu sustento da terra e essa realidade não é abordada dentro da escola, a não ser em algumas experiências pontuais.

O corpo docente vindos da cidade de campina grande só tem conhecimento sobre a proposta de educação do campo através da LDB/96 e afirmam a dificuldade para que a proposta seja colocada em pratica. As exigências impostas pelo sistema e a preocupação dos alunos com a prova do ENEM faz com que os professores fiquem presos a estrutura educacional imposta, de acordo com o professor W.B da disciplina de geografia ele tenta relacionar os conteúdos do livro com a realidade do aluno, o que se torna uma tarefa extremamente difícil devido à quantidade de tempo e a estrutura escolar. Ainda é preciso seguir um calendário escolar de avaliações, para ser apresentado de cada aluno. É evidente o empenho do corpo docente diante da problemática da escola, porém o papel da escola não tem sido suficiente em relação à comunidade e a vida dos alunos. É preciso que as práticas existentes naquela comunidade façam parte do cotidiano escolar, que as diversas formas de trabalho e instrumentos do campo e as relações políticas ligadas a terra estejam presentes, é necessário desenvolver projetos, trazer a vida das famílias, dos alunos para a vivencia escolar

fazendo com que estes jovens compreendam a importância da agricultura e do camponês para toda sociedade e assim eles possam entender o valor da terra e da vida no campo.

Dentro da análise verificamos que a maioria dos jovens pretendem fazer uma universidade e sair do campo, morar na cidade. Este fenômeno de migração campo-cidade tem sido abordado por diversos autores e uma consequência que descreve claramente este fato é: “No campo esse processo tem gerado uma maior concentração da propriedade e da renda. Nas cidades, esse processo tem implicado maior concentração urbana, desemprego e intensificação da violência”. (KOLLING, NÉRY E MOLINA, 1999, pág. 31).

É preciso lutar para garantir o direito dos jovens do campo ter acesso a educação e prosseguir seus estudos no ensino superior sem ter que obrigatoriamente abandonar o lugar onde vivem, é preciso dar condições para que isso aconteça, e se ele deseja mudar pra cidade que seja consciente e com melhores condições de vida e não pra fugir do descaso do campo e passe a ocupar as áreas marginalizadas da cidade, sem direitos e na maioria das vezes sem oportunidades.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola tem um papel fundamental para formação e conscientização política e humana das crianças e jovens que a frequentam e ela precisa compreender que só com uma educação transformadora e crítica é possível reverter essa situação de abandono a que se encontram estas comunidades rurais. Recebendo a população e as diferentes formas de se viver no campo como parte da escola, construir um espaço de debate onde direitos possam ser entendidos e debatidos. Os jovens que vivem no campo tem direito a ingressar no ensino superior sem ter que deixar o campo pra que isso aconteça, estas pessoas tem direito a laser, a moradia, a terra, a trabalho, a uma vida com dignidade e a escola precisa assumir este compromisso e assim fazer com que seja possível entender a importância da vida no campo.

É preciso acabar com o determinismo de que o urbano é superior ao rural e mostrar a estes jovens as possibilidades de uma vida no campo.

A Educação é uma política social que tem importante caráter econômico porque promove as condições políticas essenciais para o desenvolvimento. Desse modo, para o desenvolvimento do território camponês é necessária uma política educacional que atenda a sua diversidade e amplitude e entenda a população camponesa como protagonista propositiva de políticas e não como beneficiários e ou usuários. (FERNANDES, 2005, pag 3).

A escola precisa estar envolvida na vida da comunidade, na busca por melhorias e na garantia dos direitos. Cabe pensar que muito provavelmente estes jovens não terão oportunidade de ingressar numa universidade ou de levar uma vida digna na cidade e permanecerão no campo, como um ciclo, sem perspectivas de melhoria. A escola precisa ser instrumento de conscientização e formação pra vida. Pra que estes sujeitos possam ter consciência de que no campo estar uma parcela da população que precisa ser vista.

A Educação como política pública é fundamental para o campesinato. (Fernandes, 2005, pag 3). Uma educação pra vida, além de conteúdos prontos dispostos em varias paginas de livros distante da realidade dos alunos, uma educação que esteja preocupada com a problemática da comunidade, com a busca de soluções de problemas e melhores condições de vida dessas pessoas. “Compreendendo o Campo como um território, a Educação precisa ser pensada para o seu desenvolvimento.” (FERNANDES, 2005, pag. 09)

O território camponês tem sido abandonado, tamanho é o descaso por parte do estado em relação às políticas públicas para essas áreas. Portanto, atribuímos à Educação do Campo, a política educacional voltada para o desenvolvimento do território camponês como parte do campo brasileiro. Este território é um campo específico e diverso que possui singularidade na sua organização por meio do trabalho familiar. (FERNANDES, 2005, pág.03). E neste sentido a escola desempenha papel fundamental. É preciso lutar por escolas dignas, com boa estrutura, professores capacitados e engajados na luta por melhores condições de vida e de trabalho no campo, respeitando a cultura própria do camponês, a forma de vida no campo e as diversas maneiras de manifestação que estão engajadas na luta e conquista da terra. A Educação como política pública é fundamental para o campesinato. (FERNANDES,2005, pag. 3).

Os povos do campo possui uma raiz cultural própria, distinta do mundo urbano, que é identificada através das diferentes maneiras de se relacionar com o espaço e de se organizar seja na família, na comunidade, no trabalho, na educação. Considerando que o campo é um espaço em movimento, onde relações são construídas diariamente e a educação um direito universal de todos, o movimento por uma educação do campo defende um modelo de educação elaborado a partir das relações do campo, que vise o pleno desenvolvimento humano, de cidadania e participação ativa na dinâmica da sociedade. Educar estas pessoas para que se organizem e assumam a direção do seu destino. Uma educação feita pelos sujeitos

do campo e não para os sujeitos do campo, associada às lutas pela conquista da terra e de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida no campo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano – **A Educação Básica e o movimento social do campo** / Miguel Gonzalez Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes. – Coleção Por uma educação do Campo, n°2, 1999.

FERNANDES Bernardo Mançano – **O campo da educação do campo.**

FERNANDES Bernardo Mançano – **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: Espaço e Território como Categorias Essenciais – 2005**

FERNANDES Bernardo Mançano; SANTOS Clarice Aparecida dos (org) - **Educação do Campo: campo- políticas públicas** – Brasília - Coleção Por uma educação do Campo, n°7, 2008.

HENRIQUES Ricardo; MARANGON Antonio; DELAMORA Michele; CHAMUSCA Adelaide (org) – **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas** – Brasília – 2007.

KOLLING J. Edgar; CERIOLI R.Paulo; CALDART S. Roseli (org) – **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas** – Coleção Por uma educação do Campo, n°4, 2002.

MOLINA Mônica Castagna; JESUS Sonia Meire Santos Azevedo de (org) – **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo** – Coleção Por uma educação do Campo, n°5, 2004.

**Projeto Político Pedagógico – PPP – Escola Rubens Dutra Segundo – 2017**  
**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 -**  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) <acessado em 12/04/2017>

**Declaração Universal dos Direitos Humanos -**  
[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm) <acessado em 05/04/2017>

**LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional -**

**[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei de diretrizes e bases 1 ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf)** <acessado em 05/02/2017>

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me dar forças para através da minha fé superar as dificuldades.

A minha família que permaneceu ao meu lado. Aos meus pais, pelo amor e incentivo, em especial, a minha mãe, Lucia Maria Galdino de Sousa, heroína que me deu apoio e nas muitas vezes que pensei em desistir, ela me fez acreditar que era possível. A meus irmãos e em particular a minha irmã Juliana Waniery, que esteve comigo, me apoiando nos momentos em que mais precisei.

Aos amigos e companheiros de curso que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida. A Mayara Guedes pelo incentivo e apoio durante todos os anos da minha formação, me fazendo compreender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

A José Barbosa de oliveira, por ter me apresentado a este debate da educação do campo, tema pelo qual despertei tamanho interesse e também pelo apoio durante minha formação.

Em especial, agradeço ao meu orientador, professor Dr. Edvaldo Carlos de Lima, por ter acreditado que este trabalho era possível e por todo empenho dedicado à elaboração do mesmo. Sua contribuição serviu para acrescer os meus conhecimentos, dando direcionamento à pesquisa.

Por último, porém não menos importante, agradeço a toda equipe da Escola Rubens Dutra Segundo, pela recepção nos dias em que estive na instituição, para realização da pesquisa. Meus agradecimentos aos professores que compartilharam comigo um pouco da sua realidade na escola, fazendo com que este trabalho se realizasse.